



Aula 6 - Os requisitos genéricos de todo pedido liminar baseado na urgência - Tutelas Cautelares

1. RECAPITULANDO

1.1. a entrega do bem da vida é naturalmente demorada e essa demora pode acabar gerando prejuízos ou se tornando injusta

1.1.1. por isso a lei cria mecanismos para coibir essa demora ou amenizar os seus efeitos

1.1.1.1. a lei abre a possibilidade de o juiz conferir tutelas provisórias

1.1.1.1.1. O que pode fazer o juiz entregar um direito antes da hora?

1.1.1.1.1.1. UMA SITUAÇÃO DE URGÊNCIA

1.1.1.1.1.2. UMA SITUAÇÃO DE EVIDÊNCIA

1.1.1.1.1.2.1. Vamos começar a estudar, a partir dessa aula, os requisitos exigidos pela lei para que o juiz profira uma decisão provisória baseando-se na URGÊNCIA

1.1.1.1.1.2.1.1. A tutela de evidência será estudada mais adiante

2. Tipos de proteção liminar baseada na urgência

2.1. 1

2.1.1. Tutelas Antecipatórias

2.1.1.1. Nas tutelas antecipadas o juiz concede, antecipadamente, aquele exato direito que normalmente a parte só teria com o trânsito em julgado da sentença

2.1.1.1.1. Exemplo

2.1.1.1.1. a reintegração do autor na posse de um imóvel que foi invadido

2.2. 2

2.2.1. Tutelas Cautelares

2.2.1.1. Nas tutelas cautelares o Juiz confere uma medida que visa proteger um direito ou o próprio processo

2.2.1.1.1. Exemplo

2.2.1.1.1.1. O arresto de um carro, ainda durante a fase de conhecimento, porque o requerido está se desfazendo dos bens e pode frustrar uma futura execução

3. Tutelas Antecipatórias

3.1. 1

3.1.1. Previsão Legal

3.1.1.1. Previsão legal

3.1.1.1.1. Art. 300 e seguintes do CPC

3.1.1.1.1.1. Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

3.1.1.1.1.2. § 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

3.1.1.1.1.3. § 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

3.2. 2

3.2.1. Requisitos para a concessão

3.2.1.1. 1

3.2.1.1.1. Probabilidade do direito

3.2.1.1.1.1. Também conhecido como *fumus boni iuris* ou fumaça do bom direito

3.2.1.1.1.1.1. Mas o que é isso na prática?

3.2.1.1.1.1.1.1. O juiz pensa assim: é provável que eu venha acolher, lá na sentença, este pedido que o autor quer receber antecipadamente?

3.2.1.1.1.1.1.1.1. Há fundamento no direito e nas provas do processo para evidenciar que o autor tem razão?

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1. Se hoje fosse o dia de eu dar a sentença, o pedido do autor seria acolhido?

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1. O Juiz sempre olha para AS PROVAS e para o DIREITO

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Então você precisa mostrar qual ou quais são as provas que demonstram a veracidade dos fatos que você alegou

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. E você deve mostrar qual é a norma, a cláusula contratual, qual é a jurisprudência que evidencia a probabilidade do seu direito

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.

exemplos

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. 1

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.

o menor que pede alimentos

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1

A certidão de nascimento
é a PROVA que demonstra
filiação

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1

O código Civil é a norma
que prevê a obrigação
alimentar

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.:

Quando você mostra a
prova dos fatos
alegados e a norma
que ampara o seu
pedido, o juiz sente a
presença da
probabilidade do direito

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.

Agora imagina faltar
um desses
elementos....

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1

A tendência do juiz será indeferir, já que ele sabe que conceder a tutela de forma provisória é exceção e o deixa próximo de cometer uma injustiça

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.2. 2

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.2.1.

o dono do imóvel que pede a reintegração

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.2

Cade a prova de que ele tinha a posse

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.2

Cade a prova de que o réu entrou na posse

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.2

Cade eventual documento que justifica a posse

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.2

O código civil garante ao possuidor o direito de ser reintegrado na posse, no caso de esbulho

Quando você mostra a prova dos fatos alegados e a norma que ampara o seu pedido, o juiz sente a presença da probabilidade do direito

Agora imagina faltar um desses elementos....

A tendência do juiz será indeferir, já que ele sabe que conceder a tutela de forma provisória é exceção e o deixa próximo de cometer uma injustiça

o consumidor que pede a cobertura do plano de saúde para a realização de uma cirurgia

cadê a prova documental,
o contrato prevendo a
cobertura contratual?

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.3
ou cadê a jurisprudência
que prevê que o plano de
saúde não pode se negar
a custear determinado
tratamento

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.3
cadê o documento
médico que atesta que o
autor, de fato, tem
determinado problema de
saúde e precisa da
realização do
procedimento

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.:
Quando você mostra a
prova dos fatos
alegados e a norma
que ampara o seu
pedido, o juiz sente a
presença da
probabilidade do direito

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.
Agora imagina faltar
um desses
elementos....

A tendência do juiz será indeferir, já que ele sabe que conceder a tutela de forma provisória é exceção e o deixa próximo de cometer uma injustiça

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.2.1. A resposta está no art. 300, 2, do CPC:

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

Você deve pedir uma audiência de justificação

O juiz não pode negar essa audiência

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.

Mas ele pode deixar
de marcar por
indeferir o pedido de
tutela
fundamentando na
ausência de outros
requisitos.

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1

Ele jamais pode
indeferir o pedido
de tutela,
fundamentando
na falta de
comprovação da
probabilidade do
direito, se ele
indeferir o pedido
de audiência de
justificação. Isso
seria um contra
senso absurdo

3.2.1.1.1.1.1.1.1.1.

Se isso
acontecer,
você deve
recorrer

3.2.1.2. 2

3.2.1.2.1. O perigo de Dano

3.2.1.2.1.1. Também conhecido como periculum in
mora ou perigo da demora

3.2.1.2.1.1.1. Mas o que é isso na prática?

3.2.1.2.1.1.1.1.1. Significa que se não for dada a proteção pedida pela parte, de forma antecipada, o direito material poderá sofrer um dano

3.2.1.2.1.1.1.1.1.1. Mas não se trata de um perigo abstrato, que pode vir a acontecer ou não. Trata-se de um PERIGO CONCRETO

3.2.1.2.1.1.1.1.1.1.1. E a grande chave para o deferimento do seu pedido está aqui. Você precisa, na prática:

3.2.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1. - dizer expressamente ao juiz qual é o perigo de dano que o seu cliente pode vir a sofrer caso a tutela não seja antecipada; e

3.2.1.2.1.1.1.1.1.1.1.2. - provar para o juiz que esse perigo é concreto, real e não apenas presumido, que "pode ser que aconteça ou não".

3.2.1.2.1.1.1.1.1.1.1.2.1. Há alguns casos em que a nossa tendência é presumir que haverá um dano caso a tutela não seja concedida.

3.2.1.2.1.1.1.1.1.1.1.2.1.1. Como no exemplo do menor que pede alimentos.

3.2.1.2.1.1.1.1.1.1.2.1.1.1. É possível presumir que, se não receber a ajuda do pai, o menos terá seu sustento prejudicado. Mas e se a genitora tiver boas condições financeiras e conseguir sustentar ele sozinho temporariamente? Essa presunção acaba caindo, não?!

3.2.1.2.1.1.1.1.1.1.2.1.1.1.1. E há alguns casos em que a própria lei parece presumir esse dano, como no caso das ações possessórias, por exemplo.

3.2.1.2.1.1.1.1.1.1.2.1.1.1.1.1. Nas ações possessórias a lei não exige expressamente o requisito do perigo de dano para que o juiz determine a reintegração....pode ficar tranquilo que vamos estudar isso mais a fundo no momento adequado....

3.2.1.2.1.1.1.1.1.1.2.1.1.1.1

Mas o fato é que eu
SEMPRE RECOMENDO que
você MENCIONE
EXPRESSAMENTE qual é o
perigo de dano que o
autor está a sofrer e,
SEMPRE,
ABSOLUTAMENTE SEMPRE
apresente provas
concretas do perigo
alegado.

3.2.1.2.1.1.1.1.1.1.2.1.1.1.

E mais importante
ainda, quando você
pede que a decisão
seja prolatada de
forma liminar, ou seja,
sem ouvir a parte
contrária, é justificar
concretamente porque
não há tempo sequer
de se ouvir a parte
contrária...porque o
perigo é tão iminente
que não se pode,
sequer, deixar o
contraditório
acontecer....

3.2.1.2.1.1.1.1.1.2.1.
Por outro lado,
quando o caso
permitir, eu
recomendo
fortemente que você
seja 100% sincero e
diga isso ao
magistrado. Peça
que o pedido de
tutela seja apreciado
apenas após o
contraditório. Mostre
no caso concreto
que há perigo de
dano, mas que
aguardar o
contraditório não vai
aumentar esse
perigo.

3.2.1.2.1.1.1.1.1.2
Se você fizer isso
(o que é raro
acontecer), você
vai ganhar muita
credibilidade com
o juiz

3.2.1.2.1.1.1.1.1.
Vamos ver
alguns
exemplos disso
tudo no caso
concreto:

3.2.1.2.1.1.1.1
o menor que
pede
alimentos

3.2.1.2.1.1.1.1.1

- A
indicação
do perigo:
"...se a
tutela não
for
concedida,
poderá o
menor ter
sua
subsistência
comprometi
já que ele
não pode
trabalhar
para
prover o
próprio
sustento e
já que a
mãe não
tem
condições
de,
sozinha,
custear as
despesas
com o
menor...

3.2.1.2.1.

se você
não faz
essa
indicação
concreta,
o juiz
pode
indeferir
o
pedido
argumentando
que a
mãe
pode,
sozinha,
arcar
com as
despesas
do
menor
até que
haja o
contraditório

3.2.1.2.1.1.

- A prova
da
situação
de perigo:
você deve
elencar as
despesas
da criança
e deve
juntar
comprovantes

dos
rendimentos;
da mãe;
você pode
apresentar
depoimento
de
vizinhos
que estão
tendo que
ajudar
financeiram
a mãe,
para que
eles não
passem
necessidade
os
depoimento
dos
vizinhos
podem
atestar a
privação
de bens
essenciais
pela qual
o menor
vem
passando....

3.2.1.2.1.
se você
não
apresenta
essa
prova,
o juiz
pode
indeferir
o
pedido
argumentando
que
não
está
demonstrando
a
situação
de
perigo
concreto.

3.2.1.2.1.1.:
- Porque
não dá
pra
esperar o
contraditório
"...como a
verba
pleiteada
se destina
à comida
do dia a
dia do
menor,
esperar a

citação da
parte
requerida
para
somente
após
analisar o
pedido
urgente
irá
significar
prejuízo
irreparável,
já que o
infante
não pode
ficar sem
condições
para
custear
suas
necessidades
básicas....

3.2.1.2.1.
se você
não faz
essa
alegação
e
comprova
o juiz
pode
determinar
que se
ouça a
parte
contrária,
para
decidir
somente
depois

3.2.1.2.1.1.1.1
o
consumidor
que pede a
cobertura do
plano de
saúde para a
realização
de uma
cirurgia

3.2.1.2.1.1.:

A

indicação
do perigo:

"...se a
tutela não
for

concedida,
há perigo

de o autor
vir a

falecer ou
ter sua

saúde
comprometi

ou

debilitada

de forma

irremediável

3.2.1.2.1.
se você
não faz
essa
indicação
concreta,
o juiz
pode
indeferir
o
pedido
argumentando
que o
autor
não
indicou
o
perigo
concreto.

3.2.1.2.1.1.:
A prova
da
situação
de perigo:
"...o laudo
médico
em anexo
mostra a
necessidade
de a
tutela ser
concedida
agora,
neste
momento,
sob pena
de vir o
autor a
sofrer um
dano....

3.2.1.2.1.
se você
não
apresenta
essa
prova,
o juiz
pode
indeferir
dizendo
que,
apesar
da
alegação,
não há
documento
médico
evidenciando
a
urgência
da
situação.

3.2.1.2.1.1.:
Porque
não dá
para
esperar o
contraditório
"...conforme
descrito
no laudo
médico, a
cirurgia
deve ser
realizada
em no

máximo
30 dias, o
que deixa
evidente
que a
tutela
deve ser
concedida
liminarment
já que
dentro
desse
prazo não
se
conseguirá
citar a
parte
contrária
para
depois se
implementa
eventual
decisão
na
prática...".

3.2.1.2.1.

Aqui
vale
um
cuidado
especial
com o
documen
médico,
pois
quanto
mais
preciso
ele for,
mais
forte
será a
pressão
no juiz
para
que ele
defira a
medida...

3.2.1.2

Se
você
não
tiver
esse
cuidad
pode
ser
que
o
juiz
deixe
para
decidir
depois
do
contra
o
que
pode
ser
tarde
demais
para
o
seu
cliente

3.2.1.3. 3

3.2.1.3.1. Reversibilidade da medida

3.2.1.3.1.1. O que diz a lei

3.2.1.3.1.1.1. Art. 300 e seguintes do CPC

3.2.1.3.1.1.1.1.1. § 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

3.2.1.3.1.1.1.1.1.1. Mas o que é isso na prática?

3.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1. A lei fala que a tutela a ser antecipada pelo juízo tem que ser possível de ser revertida no futuro, caso não se confirme na sentença

3.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1. Se for irreversível, teria o magistrado que indeferir.

3.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Exemplo:

3.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. O autor que pede a reintegração liminar na posse do bem. Se ele for reintegrado liminarmente, a situação é perfeitamente reversível no futuro, ou seja, se o pedido for julgado improcedente na sentença, o réu poderá voltar para a posse do bem. Este é um caso de tutela reversível.

3.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Mas e se a medida for irreversível, mas ao mesmo tempo fundamental para salvar um direito?

3.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Na prática, há tutelas que devem ser antecipadas sob pena de se ferir de morte um direito fundamental, como a vida, a integridade física e etc...

3.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.

Para esses casos, a doutrina
abrandou o requisito da
reversibilidade....a doutrina
concluiu que, quando houver
direito fundamental em
perigo, o juiz deve fazer uma
ponderação dos interesses e
valores envolvidos, para
decidir se concede ou não a
tutela de forma antecipada...

3.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1

Ponderação de Valores e
Razoabilidade

3.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.

Exemplo

3.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.

1

3.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1

Cirurgia cardíaca
X negativa do
plano de saúde

3.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.

Na prática,
você deve se
adiantar e
mostrar ao juiz
como ele deve
fazer essa
ponderação

3.2.1.3.1.1.1.1

E se possível
for, você
deve
oferecer
caução para
acabar com
o risco e
conseguir o
deferimento
de maneira
mais fácil

3.2.1.4. 4

3.2.1.4.1. Caução real ou fidejussória

3.2.1.4.1.1. O que diz a lei

3.2.1.4.1.1.1. Art. 300 e seguintes do CPC

3.2.1.4.1.1.1.1. § 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

3.2.1.4.1.1.1.1.1. a lei fala que o juiz PODE exigir caução

3.2.1.4.1.1.1.1.1.1. o objetivo é proteger a outra parte dos prejuízos que ela possa sofrer, caso a medida se mostre indevida

3.2.1.4.1.1.1.1.1.1.1. exemplo

[illegible]

3.2.1.4.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Mas a
caução pode ser dispensada se a
parte economicamente
hipossuficiente não puder oferecê-la.

3.2.1.4.1.1.1.1.1.1.1. Isso deve ser provado. Você deve abrir a realidade financeira do seu cliente, para que o juiz não tenha dúvida

3.2.1.4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.
Mas se o cliente tiver
condições de oferecer a
caução, ofereça e garanta a
tutela

Tipos de caução

3.2.1.4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1
REAL

quando é prestada sob a forma de uma das garantia reais, como a hipoteca, o penhor etc.

3.2.1.4.1.1.1.1.1.1.1.
O autor oferece em
hipoteca um imóvel
de sua propriedade

3.2.1.4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1 FIDEJUSSÓRIA

3.2.1.4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.
a garantia fidejussória
é conceituada como
uma garantia pessoal.
Nela, o indivíduo se
sub-roga na pessoa do
devedor, caso esse não
cumpra a obrigação
assumida, e oferece
seu próprio patrimônio
para garantir tal
obrigação assumida
por terceiro ou para
garantir uma dívida.

3.2.1.4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.
O autor apresenta o
seu pai como
garantidor de
eventuais
prejuízos....é um
fiador que terá o seu
patrimônio atingido
caso a tutela seja
revertida e cause
prejuízos a outra
parte

3.2.1.4.1.1.1.1.1.1

Na prática, se
você oferecer
caução
fidejussória, o juiz
não vai exigir que
se prove que o
garantidos tem
patrimônio....ele
vai aceitar e
muito
provavelmente
vai deferir a
medida

3.2.1.4.1.1.1.1.1.

E isso vai acontecer porque você vai ganhar ainda mais a confiança do juiz. Ninguém costuma oferecer caução. Então, se você oferecer o juiz vai pensar: o caso é tão sério e preocupante que há pessoas se comprometendo em ajudar autor a conseguir a medida.

3.2.1.4.1.1.1.1.1

Então, sempre que puder, ofereça a caução.

3.2.1.5. Os dois primeiros requisitos são cumulativos. Já o terceiro e o quarto podem ser dispensados.

4. Tutelas Cautelares

4.1. 1

4.1.1. Previsão legal

4.1.1.1. Art. 300 e seguintes do CPC

4.1.1.1.1. Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

4.1.1.1.1.1. Art. 301. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito.

4.1.1.1.1.1.1. Embora a lei mencione algumas medidas cautelares que o juiz pode tomar (arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem), a doutrina entende que o Juiz tem o Poder Geral de Cautela. Ele pode tomar qualquer medida prática para acautelar um processo.

4.1.1.1.1.1.1.1. Uma medida cautelar visa proteger um PROCESSO e não diretamente um direito material da parte

4.1.1.1.1.1.1.1.1. O objetivo é garantir a utilidade prática de um processo futuro ou já em andamento

4.1.1.1.1.1.1.1.1.1. A medida cautelar não se basta nela própria. Ela sozinha não serve a nada. A medida serve para a utilidade de outro processo.

4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Exemplos

4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. 1

4.1.1.1.1.1.1.1.1.1. O autor pede a busca e apreensão de um menor que está prestes a ser retirado do país pela mãe, pois alega que vai ingressar com ação de guarda...

4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Se o menor sair do país, pode ser que nunca mais seja encontrado e uma ação futura de guarda não terá qualquer utilidade prática...

4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.2. 2

4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.2.1. O autor pede que o juiz arreste um veículo do réu. Afirma que é credor do réu, que vai entrar com uma ação de cobrança, mas que o réu está se desfazendo de todo o seu patrimônio...

4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.2.1.1. Se o veículo não for arrestado, a futura ação de cobrança não vai ter utilidade alguma, já que o autor pode conseguir a condenação do réu, mas não vai encontrar patrimônio algum para garantir a condenação...

4.2.2

4.2.1. Requisitos par a concessão

4.2.1.1. 1

4.2.1.1.1. Probabilidade do direito

4.2.1.1.1.1. Também conhecido como fumus boni iuris ou fumaça do bom direito

4.2.1.1.1.1.1. Mas o que é isso na prática?

4.2.1.1.1.1.1.1. Há fundamento no direito e nas provas do processo para evidenciar que o autor tem razão?

4.2.1.1.1.1.1.1.1. No exemplo do pedido de busca e apreensão do menor, o juiz vai pensar assim...

4.2.1.1.1.1.1.1.1.1. É provável que o autor tenha o direito à guarda? A princípio sim, pois ele é o pai...

4.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1. É provável que se uma criança for retirada do país o pai acabe nunca mais a vendo ou conseguindo a guarda? A princípio sim...

4.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. O Juiz sempre olha para AS PROVAS e para o DIREITO

4.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Então você precisa mostrar qual ou quais são as provas que demonstram a veracidade dos fatos que você alegou

4.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. No exemplo citado, você vai mostrar a certidão de nascimento do menor...você vai mostrar a mensagem da mãe, por exemplo, dizendo que está com a mudança marcada para outro país...e você vai afirmar ao juiz que a experiência comum revela que quando uma criança sai do país a Justiça dificilmente consegue encontra-la....

4.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. E
você sempre deve mostrar qual
é a norma, a cláusula
contratual, qual é a
jurisprudência que evidencia a
probabilidade do seu direito

4.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.
No exemplo do menor, você
vai mencionar o direito do
pai de ter o filho em sua
companha e etc....

4.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1

Mas o que fazer quando
você não tem prova
material dos fatos que
demonstram a
probabilidade do seu
direito?

A resposta está no art.
300, 2, do CPC:

4.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

4.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1

Você deve pedir uma audiência de justificação

4.2.1.1.1.1.1.1.1.1.

No exemplo do menor, imagine que você tem apenas prova testemunhal de que a mãe está prestes a sair do país com o filho....a audiência pode ser a sua única chance....

4.2.1.1.1.1.1.1.1

Como já foi dito em aula anterior, o juiz não pode negar essa audiência

4.2.1.1.1.1.

Mas ele pode deixar de marcar por indeferir o pedido de tutela fundamenta na ausência de outros requisitos.

4.2.1.1.1.

Ele

jamais

pode

indeferir

o

pedido

de

tutela,

fundame

na falta

de

comprova

da

probabilic

do

direito,

se ele

indeferir

o

pedido

de

audiência

de

justificaçã

Isso

seria

um

contra

senso

absurdo

4.2.1.2. 2

4.2.1.2.1. o Perigo de dano ou Risco ao resultado útil do processo

4.2.1.2.1.1. Mas o que é isso na prática?

4.2.1.2.1.1.1. O juiz vai pensar assim: se eu não conceder a medida cautelar pedida pela parte autora, um processo em curso ou um processo futuro pode perder a utilidade prática? Pode haver algum dano processual?

4.2.1.2.1.1.1.1. Se a resposta for sim, o requisito está presente. Mas se a resposta for não, o requisito não está presente

4.2.1.2.1.1.1.1.1. No exemplo já citado, se o juiz não determinar a busca e apreensão do menor, a futura ação de guarda que o pai disse que irá ingressar poderá ser totalmente inútil? Claro que sim, pois o que vai adiantar ele conseguir a guarda se nunca mais o menor poderá ser encontrado...

4.2.1.2.1.1.1.1.1.1. Há, então, um risco ao resultado útil da futura ação de guarda...

4.2.1.2.1.1.1.1.1.1. Veja que não se trata de dano ao menor ou ao direito do pai. O requisito se refere a dano processual ou risco ao resultado útil de um processo. A medida é para proteger o processo e não pessoas ou direitos materiais

4.2.1.2.1.1.1.1.1.1.1. A grande questão prática aqui é que você precisa PROVAR o fato que sustenta o seu pedido.

4.2.1.2.1.1.1.1.1.1.1. No exemplo citado, você tem que PROVAR O FATO ALEGADO E QUE LEVA AO RISCO...."...aquí está a prova de que a mãe está saindo com o filho do país...".

4.2.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1. E
desse fato provado deve decorrer
logicamente O RISCO ao resultado
útil do processo....

Aqui você sempre deve ponderar com o juiz que a experiência comum revela que, quando uma criança sai do país, dificilmente a Justiça consegue recuperá-la para dar a guarda a um dos pais...

4.2.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.

Você não precisa,
necessariamente, ter provas
dessa situação, pois na
prática, muitas vezes, isso é
até impossível de ser
provado...mas precisa ficar
evidente que a experiência
comum revela que é isso
que acontecerá...

4.2.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1

E aqui o juiz não pode ser
extremamente rigoroso,
pois se for, ele vai acabar
indeferindo todo tipo de
pedido...

4.2.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.

O Juiz deve-se
perguntar: o risco
existe? É possível
deduzir logicamente
que ele venha a
acontecer? Se sim,
deve deferir a medida.

4.2.1.3. 3

4.2.1.3.1. Caução real ou fidejussória

4.2.1.3.1.1. Vale exatamente o que foi falado sobre o
tema quando tratamos das tutelas antecipatórias

4.2.1.3.1.1.1. O que diz a lei

4.2.1.3.1.1.1.1. Art. 300 e seguintes do CPC

4.2.1.3.1.1.1.1. § 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

4.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1. a lei fala que o juiz PODE exigir caução

4.2.1.3.1.1.1.1.1.1. o objetivo é proteger a outra parte dos prejuízos que ela possa sofrer, caso a medida se mostre indevida

[illegible][illegible]

4.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1. Mas a
caução pode ser dispensada se a
parte economicamente
hipossuficiente não puder
oferecê-la.

4.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.
Isso deve ser provado. Você
deve abrir a realidade
financeira do seu cliente, para
que o juiz não tenha dúvida

4.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.
Mas se o cliente tiver
condições de oferecer a
caução, ofereça e garanta a
tutela

4.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.
Tipos de caução

4.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.:
REAL

4.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.
quando é prestada
sob a forma de uma
das garantia reais,
como a hipoteca, o
penhor etc.

4.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.
O autor oferece
em hipoteca um
imóvel de sua
propriedade

4.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.:
FIDEJUSSÓRIA

4.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1.

a garantia
fidejussória é
conceituada como
uma garantia
pessoal. Nela, o
indivíduo se sub-
roga na pessoa do
devedor, caso esse
não cumpra a
obrigação assumida,
e oferece seu
próprio patrimônio
para garantir tal
obrigação assumida
por terceiro ou para
garantir uma dívida.

4.2.1.3.1.1.1.1.1.1.1.1

O autor apresenta
o seu pai como
garantidor de
eventuais
prejuízos....é um
fiador que terá o
seu patrimônio
atingido caso a
tutela seja
revertida e cause
prejuízos a outra
parte

4.2.1.3.1.1.1.1.1.

Na prática, se
você oferecer
caução
fidejussória, o
juiz não vai
exigir que se
prove que o
garantidos tem
patrimônio....ele
vai aceitar e
muito
provavelmente
vai deferir a
medida

4.2.1.3.1.1.1.1

E isso vai acontecer porque você vai ganhar ainda mais a confiança do juiz.

Ninguém costuma oferecer caução. Então, se você oferecer o juiz vai pensar: o caso é tão sério e preocupante que há pessoas se comprometendo em ajudar autor a conseguir a medida.

4.2.1.3.1.1.1.1.

Então, sempre que puder, ofereça a caução.

5. A casuística de cada tipo de ação

5.1. Vamos estudar em aulas futuras como cada um desses requisitos se mostram na casuística de cada tipo de ação

5.1.1. Isso pra facilitar ao máximo a sua demonstração no caso concreto

5.1.1.1. Aqui está o grande ouro desse treinamento.....como identificar e mostrar ao juiz a presença dos requisitos necessários ao deferimento de uma tutela provisória em cada tipo de ação....

5.2. É importante ressaltar que você vai encontrar na doutrina autores que falam sobre uma gradação da probabilidade do direito....

5.2.1. que para a concessão de uma tutela antecipada, seria necessária uma probabilidade maior do que a que se exige para a concessão de uma cautelar....

5.2.1.1. o fumão X o fuminho

5.2.1.1.1. A minha opinião sobre isso